

Assunto: *Habitacao*

Moradias para os pobres

RIVAILTON PINTO VELOSO DA SILVA

Com a falta de uma política séria por parte do governo federal em relação a um programa habitacional de baixa renda, e com a nova realidade sócio-econômica que atravessa o país, muitos dos imóveis hoje colocados à venda pela iniciativa privada se tornaram inacessíveis para a população de baixa renda, por ser exigida uma renda acima de três salários mínimos, com o parcelamento das prestações do imóvel girando em torno de 40% da renda familiar.

Hoje o déficit habitacional em Salvador é da ordem de aproximadamente 150 mil moradias e vemos, assustados, crescer o número de desabrigados, desalojados e até despejados, nas praças públicas, embaixo dos viadutos e, em sua grande maioria, invadindo as encostas e morros no centro da cidade, haja vista que até próximo ao Palácio de Ondina, em frente ao Jardim Zoológico, sentido orla, e toda a extensão da Av. Garibaldi, forma-se mais uma nova invasão, onde essas famílias preferem viver mal, em áreas de risco, sem nenhuma infra-estrutura de saneamento básico, mas que fiquem próximo do seu mercado de trabalho, avelando assim, de vez, a nossa cidade pela falta de planejamento urbano e de um programa habitacional de baixa renda pelo menos para atender essas famílias.

Há 60 dias, publiquei um artigo, aqui mesmo neste espaço, solicitando à prefeita providências no sentido de atender a 38 famílias de Fazenda Coutos III, que, em 1986, em decorrência das chuvas caídas naquele ano, haviam ficado desabrigadas, junto a outras famílias que moravam nas diversas encostas de Salvador. Essas famílias, naquela oportunidade, foram colocadas em uma creche da prefeitura em Fazenda Coutos III. Houve uma

Salvador tem um déficit habitacional de aproximadamente 150 mil moradias

resistência muito forte por parte da comunidade, que não aceitava os desabrigados em sua creche, fazendo com que o prefeito naquela oportunidade, Dr. Mário Kertész, assumisse o compromisso da reconstrução das casas, liberando a creche para a comunidade.

Todas as 38 famílias receberam da prefeitura, em 1987, uma casa nova construída pela SETH e Cohab e, por ironia do destino, mais uma vez, essas famílias viram suas casas desabarem por um problema técnico da Embasa. Não fora efetuada uma perícia por parte da prefeitura para que os proprietários

dos imóveis pudessem cobrar pelo menos os danos materiais, cabendo a culpa também à prefeitura pelo descaso, pois a Surcap tinha conhecimento da fragilidade do terreno — tratava-se de massapé — e nada fora feito para construção de um muro de arrimo.

Venho, através deste artigo, solicitar ao Exmº governador do estado da Bahia, Dr. Antônio Carlos Magalhães, que interceda em favor dessas famílias, como vem sempre intercedendo em benefício do povo de Salvador, reconstruindo suas casas no mesmo local e dotando a área de infra-estrutura necessária para que não ocorra novo desabamento.

Governador, esse seria o maior presente de Natal que o senhor daria a essas famílias.

Solicito também ao governador um estudo através da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação na realização de um projeto mais realista de melhoria habitacional ou humanização das favelas em Salvador e interior do estado. Nessas áreas deverão ser realizadas obras das redes elétrica e hidráulica (acabando com os *gatos*, que oneram e muito as contas daqueles que pagam), abertura de ruas, construção de equipamentos comunitários e a recuperação das unidades habitacionais existentes para a humanização das favelas e sua consolidação no próprio local.

Em Salvador, esse programa poderá humanizar pelo menos 10 comunidades, situadas em áreas da prefeitura: Boiadeiro, Araçás, Escada, Bate-Coração, Nova Constituinte, Vibemsa, Calabetão, Parque Yolanda Pires e Mudança.

Caso esse projeto se estenda para o interior do estado, com prioridade para as cidades de porte médio e os grandes centros urbanos, melhorando as condições de vida dos habitantes desses centros urbanos, acredito que funcionará como pólos retentores de fluxos migratórios, oferecendo condições para as comunidades das diversas regiões do estado terem infra-estrutura de bem-estar e continuarem a viver nos seus locais de origem.

Rivailton Pinto Veloso da Silva é presidente regional do PRN-BA.

